

Espaço, "sustentabilidades" e educação básica local: por políticas públicas municipais voltadas para um desenvolvimento socioespacial mais autônomo

Augusto César Pinheiro da Silva ⁽¹⁾

Resumo

Pensar em projetos mais comunitariamente envolventes para o desenvolvimento socioespacial local é pensar nas políticas públicas advindas de escalas "mais concretas", como a municipal, para quem habita e vive o espaço geográfico. A priorização dessa escala político-administrativa na gestão dos territórios proporciona às populações locais a cobrança, dos canais competentes, das diversas "sustentabilidades" que tal desenvolvimento deve proporcionar nos lugares. Nesse período de consolidação do município no papel de gestor territorial, as ações institucionais dessa esfera podem ser aplicadas a partir da reformulação das estratégias educacionais pensadas nas escolas de ensino básico, no sentido de torná-las mais atualizadas como *lócus* da organização societária das localidades. Nesse sentido, a concepção de desenvolvimento deve ser priorizada pela academia e pelas estruturas escolares municipais, fundamentando projetos locais promotores das tão desejadas "sustentabilidades". Acredita-se assim que o pensar se transmutaria no agir comunitariamente, e a escola tornar-se-ia, a partir de estratégias promovidas pelo corpo de gestão escolar nos municípios, o ambiente multiplicador dos agentes de ação socioespacial e ambiental que dão o suporte das políticas públicas em sociedades em democratização

Palavras-chave

(1) Escala local; (2) Educação básica; (3) Desenvolvimento socioespacial.

Abstract

To formulate social and spatial development projects involving the local community implies to consider public policies conceived by local government and addressed to those who live within the refereed geographic space. Consequently, the local population would be able to claim the sustainability of those policies. The government can consolidate its actions by reformulating educational strategies in elementary, middle and high school education, in order to take these schools levels as the basis for local social organization. The development concept should be considered as a priority by Universities as well as by the schools, to promote local social and environmental projects that would allow sustainability. Perceptions would turn into local actions. In other words, the schools could serve their communities, by multiplying and supporting social, spatial and environmental policies proposed by the local governments.

Key-words

(1) Local government; (2) Elementary, middle and high school education; (3) Social and spatial development.

⁽¹⁾Doutor em Geografia pela UFRJ, com especialização em Geografia Humana pela Universität Tübingen, Alemanha. Professor Adjunto da UERJ e Professor Assistente do Departamento de Geografia da PUC-Rio.

Introdução

A sociedade brasileira passa por mudanças estruturais fundamentais desde o final da década de 1980, ligadas à modernização das suas estruturas políticas federativas, em escalas diversas. O resgate do Federalismo no Brasil com as redefinições legais trazidas pela Constituição Federal de 1988 e, ao mesmo tempo, a crise do Estado moderno como o único gestor da vida nos territórios, colocam aos poderes locais funções de gestão do território nunca antes observadas na esfera da política brasileira. Assim sendo, a população nacional (nas suas identidades), mais do que pensar na "nação Brasil" em uma escala espacial que se afirmou, modernamente, no território nacional, precisa orquestrar a identidade do povo brasileiro a partir das suas localidades de vida, ou seja, dos seus "lugares". Nesse sentido, as municipalidades estão imbuídas, atualmente, de um papel fundamental na determinação da construção da cidadania no país pela força de sua representação nas disputas legítimas pelos recursos públicos que fazem parte do aparato da burocracia estatal brasileira. Por serem responsáveis, em parte, pelas "sustentabilidades" dos processos definidos por agentes diversos no espaço local, os municípios devem propor um modelo de gestão que, além de ser concretizado "nos lugares", se faz através de redes com outros municípios e em outras escalas de gestão dos poderes no espaço geográfico. Tal dinâmica, não só possível como desejável pelas leis federativas que desconcentram as decisões, procura revitalizar essa perspectiva localista para a autonomia político-administrativa dos lugares frente aos projetos de desenvolvimento socioespacial, a partir da formação de atores sociais autônomos nas municipalidades. Para tanto, é fundamental a implantação de reformas curriculares na escala dos municípios, baseadas nos pressupostos das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/1996), que completou uma década.

Procura-se com essa discussão reavivar as responsabilidades das escolas básicas locais na formação de recursos humanos nas municipalidades, que sejam agentes na promoção da cidadania e qualidade de vida capazes de fazer valer as necessida-

des, os interesses e as potencialidades das populações nos mais diferentes rincões do território brasileiro.

Padrões de desenvolvimento no século XX e a transformação na gestão dos territórios no século XXI

Vivemos hoje um momento histórico peculiar. Este início do século XXI se assemelha singularmente ao período de reordenação econômica, militar e geopolítica do "pós- crise mundial dos anos de 1930", quando houve a reorganização do jogo de poder entre as potências mundiais. Hoje, os EUA têm a sua hegemonia global ameaçada pela China (Arrighi, 2007) assim como naqueles tempos quando o Reino Unido perdia a sua supremacia geopolítica secular para os EUA e rivalizava de igual para igual com um império oriental, o Japão, que teimava em emergir na Ásia como potência regional. Hoje, Rússia, Índia, Brasil e Israel definem os seus projetos geopolíticos regionais e reestruturam o jogo de poder no planeta levando a novas ordenações estratégicas.

No âmbito interno de estruturação do Estado brasileiro, a mesma aproximação singular com a década de 1930 pode ser feita. Naqueles anos, a recomposição do pacto do poder no país foi estabelecida entre os oligarcas da República "Velha" e os empresários urbano-industriais sob a vigilância do Estado como estratégia para chamar de "Novo" o Estado regulador. Essa estratégia serviu para que as forças decisórias do país desvinculassem o poder público federativo do seu passado colonial "não-moderno". Atualmente, a situação é bastante semelhante daquela década, já que o país passa, desde 1988, por uma repactuação das forças sociopolíticas que determinam os alicerces contemporâneos do poder na escala nacional. Tal recomposição de forças se dá pelo esgotamento do padrão de desenvolvimento sustentado desde o fim da Segunda Grande Guerra, quando o cenário mundial acenava para o Estado nacional com um papel fundamental na produção e articulação dos espaços nacionais, tal qual analisou Henri Lefèbvre na memorial obra *De l'Etat* (1978).

A partir daquele período, uma nova etapa de interações e de objetivos organizava as sociedades industriais européias, americana e soviético-chinesa. Estas, imbuídas de um modelo desenvolvimentista baseado nas técnicas industriais para a acumulação do capital (seja privado ou estatal), passaram a internacionalizar um

padrão de modernidade fortemente intermediado e gerenciado pelo poder da burocracia estatal (mais ou menos centralizada, de acordo com os desideratos da esfera pública dos países). Essa burocracia passou a ser a senhora das decisões, do apoio logístico e da regulamentação das práticas socioeconômicas e espaciais.

O modelo de gestão dominante de então passava a ser comandado pelo tripé regulamentação da economia; estatização dos meios de produção (apesar do discurso liberal, no Ocidente); centralização do poder político (Harvey, 1994) sustentando a força da instituição Estado no planejamento espaço-territorial para o desenvolvimento, em distintos territórios nacionais. Atualmente, esse padrão de desenvolvimento sustentado pelo tripé entrou em crise e o que estamos assistindo é um momento em que há uma mudança, tanto na escala global, como em nível nacional, da recomposição do pacto do poder para o "novo padrão de desenvolvimento". Um claro exemplo disto é a possibilidade das potências emergentes, como é o caso brasileiro, diversificarem os seus nichos de relações geopolíticas e geo-econômicas em escala global, sem criarem um problema diplomático maior que poderia, inclusive, incitar conflitos nacionais e regionais (quicá mundiais) entre ávidos agentes econômicos monopolizadores das conquistas de novos mercados e fontes de riquezas. Ao mesmo tempo, internamente e inerente ao jogo político da esfera nacional brasileira, percebem-se as tentativas de ajuste dos limites do pacto federativo com as novas e possíveis alianças entre as burocracias estatais, em várias escalas, que, emergindo sob um novo sistema regulatório da máquina pública nacional, estabelecem parcerias, acordos e cooptações entre variados agentes.

A atual crise gerada pela mudança dos paradigmas da gestão territorial no Brasil é do tamanho da tradição centralista do Estado brasileiro. As atuais funções federativas de estados da União e das municipalidades tornam mais complexas as estratégias para os projetos voltados para o desenvolvimento socioespacial que, por sua vez, se adensa na medida em que as "sustentabilidades" dos lugares devem ser pautadas, como apregoam os cientistas sociais da atualidade, em dinâmicas particulares e singulares, num misto de reflexão do projeto nacional com as estratégias locais de intervenção das forças políticas, sociais e econômicas dos lugares. Ainda hoje se verifica uma fragilidade expressiva desse novo pacto federativo frente ao intervencionismo federal, apesar desta escala do poder público procurar administrar,

com maior competência do que há uma década, os papéis desempenhados pelos diversos interesses que dão sustentação ao próprio governo federal. É, portanto, um momento de condensação, contradições e de transição também e, assim sendo, a racionalidade da própria concepção de desenvolvimento no âmbito das sustentabilidades socioespaciais precisa ser retomado pelas Ciências Sociais para que abordagens simplistas demais e/ou resistentes na totalidade das possíveis transformações que possam ser administradas sob um olhar menos tendencioso e mais político, numa racionalidade de mudança e transformação efetivamente sustentável.

Para o entendimento do atual momento, se faz fundamental o entendimento dos movimentos que trouxeram para as Ciências Sociais as temáticas acerca da concepção do desenvolvimento. Estas ganharam força a partir de meados da década de 1980, com a crise dos paradigmas sustentadores da própria ciência, como a do método científico que monopoliza(va?) toda a estrutura organizadora do conhecimento aceito socialmente, e das contradições cada vez menos explicativas dos expressivos impactos das políticas econômicas ortodoxas (à "Direita" e à "Esquerda") vivenciadas pelo mundo, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A base econômico-produtivista sobre a qual a concepção de desenvolvimento passou a ser vinculada ordenou, de forma coerente com o projeto civilizatório do período da Guerra Fria, uma mentalidade voltada para o trabalho, a acumulação de recursos variados e o aprimoramento da produtividade através das técnicas de produção. Padrão altamente homogeneizador e abrangendo as mais variadas atividades do homem, esse modelo ocidental para a "modernidade" é caracterizado por fortes desigualdades socioeconômicas e organizado sobre estruturas histórico-culturais completamente distintas, expressando o significativo reducionismo teórico sobre o qual foi racionalizada. O crescimento das forças de produção, segundo essa visão, causaria o estabelecimento e a ampliação de um desenvolvimento baseado no materialismo tecnológico gerador de excedentes e riquezas concretas e simbólicas. Perspectiva esta aceita, inclusive, por renomados pensadores marxistas ortodoxos, a partir da abordagem do materialismo histórico como base para um desenvolvimento "não-burguês" (Souza, 1996). Seja sob a vertente capitalista, seja pela ótica socialista, o projeto de desenvolvimento do planeta era reduzido a um mero crescimento econômico que, a partir de uma linearidade histórica, se daria na forma de um receituário a ser seguido à risca e submetido à

aprovação de determinados Estados nacionais, instituições político-financeiras e firmas variadas, baseados nos chamados "Primeiro e Segundo Mundos".

Desde meados da década de 1960, porém, a modernidade tecnológica, fruto da Revolução Técnico-científica e Informacional, vem consolidando espaços de fluxos financeiros, mercantis e informacionais, ou seja, a simultaneidade dos processos passou a fazer parte do imaginário de um homem que, antes de tudo, passou a compreender as articulações em rede de processos e práticas distintas (Soja, 1993). Tais dinâmicas tendem a se sobrepor, territorialmente, aos Estados Nacionais, reordenando as fronteiras econômicas do planeta, alterando, assim, a geopolítica atual. A apreensão da totalidade do espaço terrestre, a partir da visão do planeta do Cosmos ("A Terra é azul"), a interligação em redes de telecomunicações entre os mais distintos espaços territoriais, a criação e emancipação de novos países com a descolonização e o conseqüente fortalecimento das periferias emergentes do planeta –com o dinamismo tecnológico-militar, político e econômico chinês, indiano, israelense e brasileiro– reabriu, nas três últimas décadas, a discussão sobre as forças ideológicas que monopolizam o discurso do desenvolvimento, possibilitando a sua reavaliação crítica.

A crítica às perspectivas materialistas na construção do desenvolvimento no Ocidente passou a se tornar mais evidente com a força do ecologismo dos anos de 1960. Desde meados daquela década, os problemas ambientais têm crescido em escala mundial e as repercussões políticas e, invariavelmente, de mercado, crescem na mesma proporção. A revolução ambiental norte-americana empenhada por uma classe média expressiva no conjunto da sociedade, por exemplo, caracterizou-se como um símbolo do aumento da pressão social em torno das políticas expansionistas, implementadas pelos EUA nas áreas periféricas do globo, como na Ásia (guerras da Coreia e do Vietnã), nos conflitos árabe-israelenses do Oriente Médio e mesmo na América Latina, com a solidariedade do Estado norte-americano aos regimes autoritários sul-americanos (Chile, Argentina, Brasil...). Esta pressão se fortaleceu com a utilização de armas químicas, no auge na guerra do Vietnã, como o "agente laranja" e os desfolhantes, no Sudeste asiático. Movimentos pacifistas como o dos *hippies*, os étnico-raciais como o *Black Power*, passando pelo radicalismo dos grupos terroristas europeus, como o alemão *Baader-Meinhoff* e o italiano *brigadas vermelhas*, e o americano *panteras negras*, expressaram-se pela crítica veemente ao modelo

ocidental de desenvolvimento socioespacial, sendo o movimento estudantil existencialista na França (1968), de Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir, considerado uma das representações mais importantes das mudanças de mentalidade na sociedade ocidental contemporânea. O discurso da emancipação das mulheres, a valorização dos Direitos do Homem, a luta pelos direitos civis das minorias étnicas, raciais, sexuais e religiosas, o protesto pela utilização de animais em pesquisas médicas, militares e no setor industrial, a necessidade de reutilização e reciclagem de materiais, além da preservação do meio ambiente, passaram a ser algumas das preocupações das sociedades Ocidentais que perceberam as contradições inerentes da sua própria existência. Assim sendo, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e os grupos comunitários voltados para a proteção ambiental passaram, conjuntamente, a atuar nas escalas locais, nacionais e internacionais refletindo a transformação na estrutura de pensamento dos formadores de opinião.

Os Estados Nacionais também estabeleceram novos parâmetros para a gestão das causas ambientais, destacando-se as agências estatais voltadas para a proteção e manutenção do meio ambiente, atuantes nas mais variadas instâncias de ação do poder público. Ao mesmo tempo, grupos e instituições científicas intensificaram as pesquisas sobre os problemas ambientais impactando, significativamente, a comunidade científica com uma racionalidade em que o desenvolvimento não poderia desconsiderar o meio ambiente e este, por sua vez, seria um dos vieses fundamentais do próprio desenvolvimento.

Os reflexos sociais dessa mudança de mentalidade deram-se nas esferas administrativa e gerencial do Estado e do setor privado, que direcionaram as atividades voltadas para a gestão dos processos produtivos para a eficiência no uso de materiais, conservação de energia, na redução da poluição e no controle total da qualidade (Viola, 1987). Este redirecionamento afetou a atividade industrial na produção diversificada de produtos de consumo final potencializados para um crescente **mercado consumidor verde** que passou a demandar produtos eficientes, não poluentes, biodegradáveis e recicláveis à jusante e à montante do processo produtivo. Finalmente, tal racionalidade atingiu o poder regulador das instituições e agências de abrangência supranacional, onde tratados internacionais voltados à equalização dos problemas ambientais passaram a ser assinados por cada vez mais países

(como o Protocolo de Montreal, por exemplo, e mais atualmente, o Protocolo de Kyoto). Essa perspectiva passou a ser conhecida como **ecodesenvolvimento**, modelo surgido no âmbito das fortes preocupações ambientais –algumas reais outras neomalthusianas⁽¹⁾– que se espalharam para outros setores da sociedade, transformando-se em um movimento multissetorial.

Na verdade, o enfoque do ecodesenvolvimento deve ser visto como uma alternativa às tradicionais abordagens sobre as relações sociedade-natureza no ocidente. Dos projetos de puro ambientalismo-preservacionista, típicos nos anos 1960, até as atuais tentativas de sistematização das práticas políticas, sociais, econômicas e ambientais (característica da visão de sustentabilidade), esta abordagem busca(va) o estabelecimento de outros padrões de relacionamento entre os sistemas sociais e os ecossistemas, em que os resultados sejam obtidos através de projetos de valorização dos territórios, dos recursos e dos homens. A reestruturação da mentalidade do homem ocidental, nos últimos 40 anos, permitiu que este percebesse, com maior clareza, que sociedade, natureza e território são indissociáveis e que precisam, portanto, se inter-relacionar concreta, dinâmica e funcionalmente.

A crise que se estabeleceu, portanto, em torno da organização geopolítica mundial vem favorecendo a adaptação do modelo desenvolvimentista industrial, de forma concisa e inteligente, aos novos momentos político-institucionais emergentes em escala global. Esta adaptação criou um ambiente propício para a manutenção do intenso processo de concentração de capital por significativas forças econômicas, a partir da utilização de novas estratégias políticas, gerenciais e socioespaciais.

Ao analisar a nova fase do projeto civilizatório ocidental, identificou-se que "o tripé que sustentou o sistema de poder dos Estados Nacionais está evidentemente abalado, sendo o imperativo tecnológico a abordagem focal das atuais políticas voltadas para o desenvolvimento" (Furtado, 1998, p. 29). As rápidas e profundas mudanças em curso desde os anos de 1990 e "suas concretas conseqüências e desdobramentos em

¹Doutrina dos que proclamam a necessidade de limitar a propagação da espécie humana, a fim de prevenir a miséria e os baixos níveis de vida; justificativa para o subdesenvolvimento já que haveria o crescimento de um excedente demográfico no mundo de pobres (impactados por políticas sociais e sanitárias mais amplas), o que promoveria um aumento da pobreza no mundo.

gestação configuram (...) um mundo altamente complexo e instável, muito mais imprevisível do que nos últimos cinquenta anos, com novos e velhos focos de tensão e atenção" (Furtado, 1998, p. 29).

Uma nova ordem, portanto, estrutura-se atualmente também baseada em um tripé, adaptando-se à lógica e à dinâmica de uma sociedade que se afirma politicamente plural, tecnológica e livre. Esse novo tripé se sustenta na desregulamentação da economia, privatização dos setores estatais e descentralização do poder político (Harvey, 1994).

Os limites impostos pela rigidez da organização anterior provocaram ações efetivas com o objetivo de reformar e superar a "crise" do modelo de desenvolvimento. Neste contexto, a presença do Estado na economia começa a ser responsabilizada como a principal causa da superação das estruturas então vigentes, onde a globalização da economia-mundo deveria avançar para superar essa limitação, tanto pela incorporação extensiva de novos espaços –os ex-Estados socialistas, o espaço sideral e a Natureza com toda a sua simbologia e materialidade–, quanto através da valorização seletiva e competitiva das diferenças, em uma combinação de centralização/descentralização que afetaria a concepção de nacionalismo e soberania, ao mesmo tempo em que possibilitaria a redefinição conceitual do desenvolvimento socioespacial contemporâneo.

As novas estratégias dos tradicionais agentes de gestão dos territórios –ao mesmo tempo, encurralados por mudanças estruturais significativas na forma de pensar, produzir e consumir do ocidente e pressionados a adotar novas estratégias e alianças na gestão e administração dos recursos, das pessoas, das idéias e dos processos produtivos, em parte, devido às dinâmicas transformações da tecnologia industrial dos últimos anos– absorveram, de forma inteligentíssima, as perspectivas do ecodesenvolvimento, não como o puro projeto "ambientalista-conservacionista" –característica naive nos anos de 1960– mas sim, como um conjunto de ações estratégicas e multiescalares definidas, de forma "autônoma" pelas sociedades na manutenção, como reserva de valor, dos recursos essenciais para o desenvolvimento atual e futuro.

Concluía-se, portanto, a passagem do ecodesenvolvimento para o desenvolvimento sustentável. Esta suposta "sustentabilidade" do desenvolvimento, estudada por Ignacy Sachs a partir de 1974, passa a ocupar uma posição central dentro do

ambientalismo, com a publicação do *Relatório Brundtland*, em 1987. A inclusão das questões ambientais na pauta dos programas de desenvolvimento de forma otimista, inter-relacional e promissora corroborou a importância tecnológica na construção de um conceito de desenvolvimento pautado na racionalidade do uso material e político dos territórios. Na concepção dos sustentabilistas, a geopolítica torna-se incompreensível sem a consideração de uma moldagem planetária pelos vetores científico-tecnológico e político-social (Becker, 1997), que se imbricam com as estruturas globais do poder afetando a natureza, nas suas mais variadas dimensões, e o destino dos Estados Nacionais. A partir da percepção de que um espaço de fluxos e vetores, calcado na comunicação e na velocidade aceleradas, superaria o espaço dos lugares, as fronteiras e os Estados, a retomada da "democracia participativa", nas mais variadas escalas de abrangência dos fenômenos, seria imprescindível para o fortalecimento político dos lugares em contraposição às forças ideológicas centralistas e planejadoras de planícies isotrópicas (Corrêa, 1996) focadas nos territórios nacionais.

Pode-se considerar, de forma sintética, que o modelo técnico-industrialista de desenvolvimento passou, a partir da contribuição do ecologismo e, mais tarde, a sua transformação em desenvolvimento sustentável, a ser repensado sob três vertentes fundamentais:

1. A necessidade fundamental de preservação dos recursos naturais e humanos, harmonizando o crescimento econômico com a conservação ambiental;
2. a busca por produtividade, a partir do intenso desenvolvimento tecnológico, aprimorando os usos dos recursos naturais, da força de trabalho e dos territórios e
3. a impossibilidade de continuarem a serem desenvolvidos, projetos desenvolvimentistas politicamente centralizados por planejamentos heterônomos e inconsistentes que não observem as decisões das escalas de poder de menor abrangência espacial.

Estas três vertentes caracterizariam as atuais perspectivas para o desenvolvimento com sustentabilidade. O forjamento da lógica da **valorização seletiva da diferença**, por exemplo, se ajustaria a sobrevivência da tão aclamada economia-mundo, assumindo uma dupla determinação. De um lado, o imperativo da acumulação se daria pelo reconhecimento da diferença de culturas, de mercados, de recursos, de espaços — processo necessário para sustentar a inovação incessante e para superar

a instabilidade política. Por outro lado, ele decorreria do fato de que o desenvolvimento de um território não está pré-determinado apenas pela vertente da tecnologia, mas também pela dinâmica dos processos sociais e políticos de potencialização das condições dos lugares, possibilitando, aos menos favorecidos, a cidadania e o acesso aos recursos.

Também outras questões, como a fronteira ecológica e a reestruturação dos direitos de propriedade e das leis de patentes ligadas à biotecnologia, por exemplo, tornaram-se imperativos fundamentais nas atuais estruturas de reprodução do capital, sendo estas questões contemporâneas na discussão em torno da relação entre o desenvolvimento, o meio ambiente, a cidadania e o Estado. Ações internacionais de agências financeiras, articuladas às ONGs, estimulam o Estado a definir os zoneamentos ecológicos, as áreas de proteção ambiental, as unidades de conservação, entre outros. Instituições estatais específicas são implantadas para assumir a gestão, fiscalização e o planejamento dos ecossistemas nacionais (Becker, 1996). Ou seja, o imbricamento das esferas de poder político, nacionais e internacionais, define através de parcerias e acordos, novos usos para os territórios, que devem se voltar para o conhecimento de suas possibilidades para a produção da riqueza. A necessária perspectiva do crescimento econômico e sua eficácia levariam a sociedade global a estabelecer um pacto de manutenção da vida através da consciência política coletiva, do crescimento tecnológico e da mudança do conceito de uso e posse dos recursos materiais, caracterizando um novo estágio na concepção de valor.

A visão sustentabilista, portanto, fortalece a necessidade de concretização de um projeto de crescimento que sustente o desenvolvimento. Este projeto deveria corrigir, por exemplo, as distâncias sociais dos países centrais e periféricos, buscando a equidade material entre essas sociedades. O crescimento quantitativo voltar-se-ia para as áreas mais pobres da "periferia" pela ampliação da produtividade gerada pelos artefatos tecnológicos produzidos pelo "centro", pela racionalidade no uso dos recursos e pela redução do demasiado consumo característico do modelo industrialista altamente predatório.

Além disso, as tendências de reestruturação técnico-econômica-ambiental da globalidade devem ser confrontadas com projetos alternativos vindos dos lugares do espaço territorial. A valorização dos projetos, planejamentos e da prospectiva

desses lugares, portanto, seria a resposta ao padrão pasteurizador do desenvolvimento industrialista, e o território, por esta razão, passaria a ser uma questão-chave na discussão sobre a gestão na era da "modernidade", já que abriria a perspectiva da multidimensionalidade do poder, referente à prática espacial estratégica de todos os atores sociais e em todas as escalas.

As dimensões das "sustentabilidades" para o desenvolvimento socioespacial nas Ciências Sociais: críticas e reflexões

Não é difícil perceber por que razão os recentes estudos concernentes ao meio ambiente, à natureza e aos recursos naturais e humanos tendem para um contexto analítico tão plural e diverso. A tamanha abrangência, complexidade e pluralidade do caráter desses estudos, a bem da verdade, residem no fato de tornar-se praticamente impossível, à luz da conjuntura mundial atual, desvincular o meio ambiente da sociedade e das "sustentabilidades".

Autores diversos acusam o modelo de desenvolvimento adotado e suas técnicas, como um dos maiores responsáveis pelo avançado estado de degradação da natureza e dos recursos que ela oferece. Diegues (1996) aponta que já no século passado, Marsh, um importante autor para o preservacionismo, alertava nos Estados Unidos para os perigos dos impactos negativos da nossa civilização sobre o meio ambiente e propunha uma "regeneração geográfica", que significava o início da cura do planeta a partir do controle da tecnologia, o que se ampliaria com uma grande revolução política e moral. Também pesquisadores do início do século como Brunhes (1910) podem ser considerados "avós da ecologia moderna", ao se preocuparem com a devastação ambiental em andamento na Europa naquele momento. A relação entre a ocupação humana destrutiva e a necessidade de crescimento econômico apresentava-se como emblema desses tradicionais investigadores, retratando a ampliação da pesquisa acadêmica e do seu caráter investigativo, além da simples descrição das paisagens, na chamada fase positivista da ciência.

Já no final deste século, Sachs (1998), analisando a problemática do desenvolvimento em suas diferentes dimensões, faz alusão ao "mau desenvolvimento" que originou, segundo ele, um bilhão de habitantes em nosso planeta vivendo em prosperidade, outro bilhão sobrevivendo em condições de miséria absoluta e outros quatro bi-

lhões dispendo de renda próxima do mínimo vital. O autor adverte que, em sua forma pluridimensional, o desenvolvimento deve ser entendido, ao mesmo tempo, como um projeto (uma norma) e o caminho histórico em direção a ele, e que este tema constituiu-se, ao lado da manutenção da paz, em um dos dois eixos de ação do sistema ocidental. A idéia simplista de que o crescimento econômico por si só bastaria para assegurar o desenvolvimento vem sendo abandonada em proveito de uma caracterização mais complexa do conceito, expressa por adições sucessivas de epítetos: econômico, social, cultural, político, sustentável e, por fim, humano, este significando ter como objetivo "o desenvolvimento de homens e mulheres em lugar da multiplicação das coisas" (Sachs, 1980, p. 150).

O caráter de sustentabilidade dos recursos preconizada por idéias, até certo ponto convergentes de naturalistas e economistas, precisa ser contextualizado a partir das demandas dos agentes que se expressam, de forma mais representativa em diversas instâncias de regulação do Estado. "Estocar a natureza" passa a ser o grande objetivo da perspectiva da sustentabilidade, possibilidade entendida como uma vertente utilitarista dos recursos conhecidos. Segundo essa perspectiva, projetos coletivos para a preservação/uso dos recursos desejados, decididos pelos agentes/atores interessados, devem ser aprovados de forma politicamente descentralizada onde parcerias, cooptações, barganhas e alianças serão traçadas com o objetivo de um efetivo projeto de gestão dos territórios. Opondo-se à perspectiva ecodesenvolvimentista do controle tecnológico para a preservação, os sustentabilistas vêem a tecnologia como a grande redentora da causa ambiental.

O modelo acima apresentado é, na verdade, um empobrecimento do ecodesenvolvimento dos anos de 1960 e 1970. Segundo Souza (1996), uma crítica ao modelo de desenvolvimento do mundo ocidental –arrojo característico dos ecodesenvolvimentistas históricos– não é encontrada nos sustentabilistas qualificados pelo geógrafo como os "neoliberais verdes". A maquiagem dos custos ecológicos dessas políticas de desenvolvimento facilita a manutenção do crescimento econômico em longo prazo, onde apenas há uma reação/adaptação aos projetos clássicos apoiados nos pensadores liberais do século XVIII.

A confusão conceitual da expressão **desenvolvimento sustentável** implica na continuação do modelo modernizador industrialista, e não teria qualquer relação com

um projeto de um efetivo "desenvolvimento socioespacial"² que se preocupe, primeiramente, com a concretização da cidadania e justiça social. No pensamento da sustentabilidade não há embutidas críticas relevantes às estruturas produtivas vigentes, mas sim uma tendência a incentivar socialmente uma adequação mais organizada da exploração mercantil dos recursos, ou seja: é uma forma de dizer "sim" ao crescimento se ele for "domado". Conclui-se, portanto, que o "desenvolvimento sustentável" é, na verdade, um "crescimento sustentável".

A abolição do método de planejar o espaço e a "forma ideal" de usá-lo, a percepção das diferentes escalas geográficas e dos distintos agentes de gestão de territórios deve redinamizar a ótica do planejamento heterônomo nos Estados Nacionais. Além disso, os grupamentos humanos não devem ser confundidos com "elementos da natureza". Eles são, na verdade, grupamentos de indivíduos políticos que compõem coletividades heterogêneas e altamente contraditórias. Melhor do que identificá-los como "coisas com valor" nos projetos sustentáveis seria entendê-los como detentores e produtores dos significados dos lugares onde vivem, produzem, se reproduzem e atuam politicamente sendo, portanto, os verdadeiros detentores do poder.

O ambientalismo como um projeto universal (Acselrad, 1997) e de preocupação multissetorial (governamental, científico, empresarial, social, educacional...), corre o risco de se tornar um projeto heterônomo homogeneizador, impositivo e pouco significativo para uma mudança real do conceito de desenvolvimento se, ao invés de apoiar-se sobre **unidades de produção de cidadania**, mantiver-se apoiado em velhas estratégias voltadas para **unidades de produção de recursos**. Ou seja, o meio ambiente precisa ser entendido como o espaço da biodiversidade, sendo o seu conhecimento e interesse de escala global; porém, a resolução de seus problemas, de esfera local.

Os projetos de desenvolvimento sob novas bases sociais não devem resultar, da mesma forma que antes, no aumento da concentração da propriedade sobre os recur-

²Algumas raras linhas de pesquisa vêm tentando dimensionar, de forma mais solidária e incluyente, o conceito de desenvolvimento no âmbito da Geografia. Questionando a visão tecnicista, ocidental e mercantil sob as quais tal conceito se subordina, Souza (1996, 1997) vem buscando, "remando contra a maré", equacionar um conceito de desenvolvimento socioespacial que comporte, primordialmente, uma perspectiva de modernização efetiva que inclua, democratize, politize e autonomize os espaços e os homens.

tos territoriais, nem na desestabilização sociocultural das populações que estabelecem laços históricos de conhecimento e construção identitária com seus respectivos territórios. Neste sentido, é possível construir modelos de desenvolvimento que se baseiem nas possibilidades dos sujeitos sociais locais que procurarão dar às distintas configurações socioespaciais sentidos diversos daqueles impostos pelo regime de acumulação dominante. Este deve ser modificado sem utopias insustentáveis, porém dentro dos limites possíveis do comprometimento político dos grupamentos envolvidos com uma lógica mais abrangente para a construção da humanidade, através da valorização das diferenças.

Nesse sentido, procura-se pensar nas sustentabilidades proporcionadas localmente por atividades e perspectivas de gestão dos instrumentais básicos para o desenvolvimento socioespacial. Essas sustentabilidades, vinculadas, em sua forma e conteúdo, a uma base política de ação local, devem promover eficientemente as potencialidades das municipalidades, escala político-administrativa da ação do poder público mais eficiente no aproveitamento dos recursos naturais, sociais, humanos, históricos e espaciais. Nesse sentido, ambiente, economia, historicidade, espacialidade, sociabilidade, cultura e política podem, e devem ser mutuamente reforçados trabalhando nas fronteiras estabelecidas entre os ciclos do planejamento e da gestão pública municipal, com foco, por exemplo, nas escolas locais.

O ponto de partida para a discussão acerca do planejamento integrado entre as esferas elencadas anteriormente para a formulação de políticas para o desenvolvimento das sustentabilidades (ou o **desenvolvimento socioespacial das "sustentabilidades"**) é o reconhecimento de que a planificação deve focar a manutenção da biosociodiversidade como patrimônio dos espaços locais, o que significaria a distinção e articulação simultâneas de cinco dimensões fundamentais do desenvolvimento socioespacial local autônomo:

- A **dimensão geoambiental** que deve incluir todos os recursos naturais à disposição do local, e a importância deles, em rede, com outras municipalidades (como já vem ocorrendo com a gestão em consórcio das águas fluviais a partir das bacias hidrográficas) ou com outras escalas geográficas de ação de agentes diversos de gestão (grandes reservas de biodiversidade ou de minerais raros e/ou altamente valorizados no comércio mundial), compreendendo a definição econômica tradi-

cional de terra (dentre outras), mas já não vista como um bem livre, e sim com restrições ambientais e territoriais para sua utilização.

•A **dimensão político-institucional** que pressupõe toda a estrutura institucional, legal e organizacional da sociedade em todos os seus escalões de gestão, assim como as possíveis combinações entre o setor público e privado. Essa dimensão é vital, já que define as regras básicas do jogo entre as burocracias estatais do país e os agentes mais poderosos de gestão dos territórios em escalas diversas. As relações do jogo de poder entre capitais diversos (público e privado, de instâncias diversificadas) darão o prumo da qualidade da gestão, se houver o acompanhamento do processo pelas localidades; caso não haja o interesse institucional necessário e fundamental, os projetos de desenvolvimento tendem a gerar paradoxos organizacionais (Vasconcelos & Vasconcelos, 2002 e Silva, 2005) que serão de grande impacto negativo para as sustentabilidades desejadas por quem vive e habita os lugares.

•A **dimensão da logística dos territórios**, que inclui todos os componentes da infra-estrutura física e equipamentos que formam a definição econômica clássica do capital produtivo identificado nas localidades, em escalas diversas e articulados horizontal ou verticalmente em territórios de dimensões plurais. Não se deve deixar de mencionar que as redes da estrutura produtiva são vitais para a elaboração de políticas públicas que possam acionar as localidades como nós nas redes urbanas de escalas diferenciadas, e a percepção de tal poder se dá no ato de legislar em causa própria (das localidades) e não de terceiros (forças exógenas).

•A **dimensão étnico-cultural** das organizações civis democráticas que pressupõe o desenvolvimento de tradições, focadas nas experiências vividas pelas coletividades, de estratégias e projetos desenvolvimentistas que sejam constantemente observados e controlados por uma democracia participativa envolvente dos agentes locais e atores em consolidação política. Nesse sentido, organizações de produtores, sindicatos, associações de moradores, centros de cultura e lazer, etc., devem ser envolvidos numa dimensão cultural reflexiva das sustentabilidades para que as discussões em torno do sucesso ou fracasso dos eventos de desenvolvimento, aplicados por políticas públicas diversas, possam ser reconhecidas, discutidas, reprogramadas e/ou extintas.

•A **dimensão dos recursos humanos**, composta pela categoria econômica clássica de trabalho, mas também incluindo a capacitação e a habilidade de utilizar

e adaptar tecnologias no proveito das comunidades locais. Nesse sentido, as escolas públicas ganham importância como ambiente da formação dos atores sociais capazes de serem os precursores de dinâmicas localistas de autonomia socioespacial. Cabe lembrar que a educação básica, técnica e superior se apresentam como condicionantes primordiais para a construção da autonomia (em uma perspectiva castoriadiana) nas discussões acerca dos projetos de modernização que levam ao nível desejado pelos atores locais o desenvolvimento socioespacial autônomo das localidades (Silva, 2005).

Em síntese, uma proposta que tenha a sustentabilidade como meta deve enfatizar e integrar as dimensões ambientais, logísticas, sociais, culturais e institucionais na gestão, em todas suas etapas, desde o diagnóstico, passando pela programação até a implementação, o monitoramento e a avaliação dos planos e programas de desenvolvimento.

A educação básica das municipalidades: a dimensão da formação dos recursos humanos para o desenvolvimento socioespacial

O tema do desenvolvimento socioespacial se incorpora com força na gestão dos municípios brasileiros, desde os anos de 1980, integrados em um mundo mais global que luta por atrair investimentos de muitas gamas e naturezas. Alcançar uma pretensa "modernidade" preconizada por esse novo padrão de ação estatal no território brasileiro se converteu em um assunto de tal complexidade que requer a ação de diversos atores sociais para que, com a contribuição de seus conhecimentos e habilidades específicas, haja a efetiva busca de soluções cabíveis nos territórios.

O reconhecimento de que um governo central, apenas, não tem condições de resolver sozinho todos os problemas existentes no espaço sob a sua jurisdição: o território nacional. As forças políticas locais passam a ser motores de ação legal sobre a inércia histórica que levou os cidadãos a concederem, aos governos centrais, o papel de "único" gestor socioespacial. Sob a tutela da globalização, tais governos centrais tiveram os seus aparelhos governamentais desmantelados, aceitando tacitamente que as empresas privadas passassem a suprir determinadas funções historicamente exercidas pelos Estados. Nesse sentido, as novas cartografias espaciais correspondem a novas mensagens geopolíticas (Font & Rufí, 2006).

Assim sendo, o alavancamento do desenvolvimento socioespacial local deve ser focado nos investimentos logístico, geoambiental, humano, político-institucional e cultural de todas as sociedades territorialmente legitimadas pelo teto constitucional federalista, que se apresentam através de características singulares como cabe a cada comunidade humana no espaço geográfico. Tal formato geopolítico da gestão territorial coloca em xeque os paradigmas tradicionais de convivência social e do exercício do poder, outrora expresso por pactos sociais mediados por agentes tradicionais e imutáveis. Entre um crescente número de cidadãos emerge a necessidade de expor as seguintes perguntas: Quais são o sentido e o propósito de viver em sociedade? Quais são as fórmulas e os mecanismos adequados de interação no lugar dos mais diversos aspectos da sociedade? Como se constróem a governabilidade e a paz social em espaços complexificados na era das redes e do meio técnico-científico e informacional? Como devemos conceber um desenvolvimento socioespacial local viável e sustentável em curto, médio e longo prazos?

Cada vez há mais consenso em torno da idéia de que os desejados desenvolvimento e justiça social em um país devem partir de espaços geográficos locais bem determinados, levando-se em conta a história, cultura e características específicas da população e de seu entorno para a promoção da participação dos atores sociais que aí vivem.

A importância das municipalidades, como escala de ação político-administrativa da Federação brasileira, nesse processo se corrobora a partir das demandas legais definidas pelo Estado de Direito no século XXI. Entende-se hoje a instituição municipal com uma função promotora e facilitadora da totalidade do desenvolvimento socioespacial local. Novas tarefas lhes são atribuídas, seja por lei, por delegação dos níveis superiores da administração ou, simplesmente, por demandas da comunidade. Uma das principais é, sem dúvida, a atuação em direção à modernidade ou, o que seria mais adequado afirmar, no que se compreende como modernidade.

Participantes do jogo do poder de um sistema menos mundializado e mais globalizado, as autoridades locais se dão conta de que boa parte do seu êxito na gestão territorial se baseia na capacidade das localidades em atraírem investimentos devido às condições socioambientais dos seus espaços, das administrações públicas e das potencialidades humanas específicas das sociedades locais que se tomam "dinâmicas".

O que pode ser feito então pelas municipalidades, no Brasil, para a ativação do

desenvolvimento local através da educação básica? Alguns sustentam que muito pouco ou quase nada, já que os processos de gestão da educação básica no país continuam sob a tutoria do Ministério da Educação e Cultura (MEC), apesar dos auspícios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996) que desconcentrou, da esfera federal, a gestão da rede oficial de escolas do ensino básico no país. A fim de corroborar a discussão sobre a descentralização da gestão territorial no Brasil, e não obstante reconhecendo-se a dificuldade de identificação dos papéis legais das esferas locais na promoção do desenvolvimento socioespacial frente à rigidez de concepção do Estado brasileiro, mesmo que cultural e sociologicamente pensando, é necessário ampliar a discussão sobre a flexibilidade necessária à estreita e rígida jurisdição administrativa central.

Não obstante, e sem prejuízo de aceitar o componente nacional e internacional do desenvolvimento socioespacial, há evidências suficientes para demonstrar que os governos locais podem fazer muito para impulsionar um ensino básico autônomo em diversos lugares. Dentre os mais diversos tópicos levantados por Singer (1998), destaco, neste texto, o que se refere à **formação de recursos humanos para o desenvolvimento**. Para este autor, os governos locais podem (e devem) criar cursos, seminários ou atividades de continuidade na área da formação básica, técnica e científica, nas localidades, para a capacitação de lideranças diversas (no âmbito político, no trabalho regular, na formação das futuras burocracias municipais...) capazes de darem conta da **identidade territorial adquirida pelo conhecimento**, situação embrionária capaz de gerar a endogenia nos processos de geração de recursos, trabalho e potencial de gerência administrativa da máquina pública, assim como no das burocracias privadas. Em algumas localidades do Brasil (no Rio de Janeiro, interior do estado, por exemplo), as elites políticas municipais (notadamente prefeitos, secretários e vereadores) são formadas por atores exógenos aos lugares, o que mostra que o conceito de modernidade, em alguns rincões do país, se resume ao que "não é local". Quando o modelo de gestão da máquina pública é o metropolitano (muitos vêm das regiões metropolitanas), o interior, por exemplo, segue um padrão metropolitano de gestão que é incapaz de conceber as características das localidades em um padrão de gestão "não-cosmopolita".

Em um contexto menos dependente de padrões exógenos, deve-se acreditar que o



desenvolvimento das sustentabilidades municipais deveria ser implementado por atores sociais locais formados por escolas locais e/ou regionais, públicas por excelência, capacitadas a formarem os empresários e os trabalhadores através do sistema educativo local. Para o desenvolvimento socioespacial sustentável há a necessidade de que as escolas locais tenham condições de formar profissionais diversos, entre técnicos e gerentes, capazes de se constituírem em uma força de trabalho qualificada nos requerimentos das localidades.

Já basta que os professores da rede pública municipal do Brasil sejam, em parte e por inexistência nos municípios, advindos de outras localidades (notadamente do espaço metropolitano); também já basta que os prefeitos de muitos municípios (assim como a burocracia estatal desse nível do poder federativo) sejam oriundos de outras cidades ou regiões político-administrativas distantes. Até quando os professores universitários que atuam profissionalmente em pequenas, médias e grandes universidades de centros urbanos da região Sul brasileira, por exemplo, ou mesmo em Minas Gerais, serão trazidos de centros metropolitanos como Rio de Janeiro e São Paulo? Não há aqui nenhuma defesa de um corporativismo bairrista ou da xenofobia, mas sim a preocupação com a urgência das políticas públicas locais promoverem, nos milhares de municípios brasileiros, uma discussão curricular de formação de um quadro local de recursos humanos capaz de impulsionar o desenvolvimento socioespacial, a partir dos centros de ensino básico, técnico e superior.

As discussões curriculares, que ganharam força nos últimos cinco anos na escala estadual, precisam ser repensadas na escala das municipalidades a fim de que a formação proporcionada pelos municípios (atuantes, predominantemente, no segmento do ensino fundamental o que reflete a percepção equivocada de que o ensino médio e superior são atribuições das instâncias "mais importantes" da escala federativa da administração dos territórios) possa ser pensada em termos estratégicos para as sustentabilidades. A legislação autonomiza todas as esferas do poder instituído para a implantação de um sistema integrado de escolas básicas, técnicas e acadêmicas, mas até agora a participação dos municípios no segmento médio e superior é ínfimo.

Nesse sentido, finaliza-se este texto com uma contribuição para a definição das bases filosóficas sobre as quais as municipalidades poderiam se debruçar para uma ordenação curricular que possibilitasse um repensar das estratégias locais para o

desenvolvimento das sustentabilidades aqui defendidas. Portanto, para que a escola pública municipal possa proporcionar na sua própria escala de representação político-administrativa, uma possibilidade de desenvolvimento socioespacial autônomo, seria importante que os currículos valorizassem pelo menos quatro pontos:

1. **O direito à equalização de oportunidades**, representando uma chance essencial para o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas, em particular de crianças e adolescentes que nascem sem condições favoráveis. Tal racionalidade, por menos que produza impactos sobre a problemática da pobreza material, será primordial para a erradicação da "pobreza política", abrindo para os marginalizados a oportunidade de lutarem, de modo mais consciente e organizado, em favor de uma sociedade mais solidária e democrática;

2. **O desenvolvimento integral e integrado do ser humano**, como sendo condição imprescindível do desenvolvimento da autonomia dos indivíduos no futuro da sociedade. Os efeitos multiplicativos de uma formação integral e integrada são notórios, como são também notórios os efeitos negativos da falta de integralidade do processo de formação. A educação integral deve ser proporcionada por escolas e universidades de tempo integral, onde atividades diversas, de âmbito cognitivo e lúdico-afetivo, serão plenamente satisfeitas em estruturas educacionais completas, salubres e democráticas. Os poderes constituídos sabem hoje que serão maiores no futuro próximo os gastos com a ressocialização de "excluídos" e as políticas de subsídios sociais dos incluídos precariamente no âmbito do trabalho e na geração de renda do que com os investimentos de ordem educativa mais ampla;

3. **A convivência entre o currículo formal e o não-formal** (flexibilidade do conhecimento). A escola local "atenada" às necessidades das municipalidades vai adaptar o seu currículo às especificidades socioespaciais e ambientais de sua extensão funcional e territorial. Geografia, História, Ciências, Língua Portuguesa, Matemática..., assim como as disciplinas formativas dos quadros técnicos e acadêmicos devem ser integradas às realidades locais ao mesmo tempo em que dividem a grade curricular com especificidades das localidades (saberes específicos), em um projeto que ao mesmo tempo em que se mantenha a ordem de coesão necessária ao Estado de Direito estimule a autonomia regional/local preconizada pelas suas idiosincrasias;

4.A preparação constante e a recapacitação dos recursos humanos. A fim de fugir de uma situação crônica encontrada nos regimes contratuais dos profissionais do ensino público de todo o país, as municipalidades podem se distinguir da ineficiência da gestão do ensino público brasileiro estimulando (não apenas "no papel") os seus profissionais a investirem mais além da formação cognitiva das ciências específicas para as quais foi formado para atuar (até porque a lógica interdisciplinar caminha "a passos largos" nas instituições de ensino, de todas as faixas), mas também em cursos diversos, que vão desde as línguas estrangeiras até os cursos profissionalizantes e superiores, envolvendo outros ramos de sua vida profissional e pessoal. Já é tema esgotado pela literatura acadêmica e técnica que a formação continuada de professores em cursos bem conduzidos e de duração suficiente refaz a competência necessária, mas tal orientação quase nunca é seguida pelos poderes públicos instituídos.

Considerações finais

As transformações sociais vividas no mundo ocidental, operadas a partir da década de 1980, incentivaram a construção de uma nova matriz de relações espaciais e acumulação de capital estabelecendo novos padrões locacionais no âmbito da produção capitalista.

Por outro lado, o local redefine-se no âmbito das redes informacionais da gestão dos territórios que se estabelecem em escala planetária. Essa escala do espaço geográfico passa a constituir suporte e condição para relações globais, pois é nele que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades: "a produção na economia informacional torna-se organizada no espaço dos fluxos, mas a reprodução social continua a ser específica localmente" (Castells, 1998, p.351). Nesse sentido, as esferas locais estão sendo reformuladas sob as condições e forças do globalismo, sendo as mesmas vistas como conformadoras da nova estrutura e dinâmica das localidades, regiões e nações, o que faz com que se reconheçam os tempos atuais como "globais-locais", com o desenvolvimento de relações crescentemente diretas e imediatas entre estas esferas.

O local assume uma importância grande no contexto da globalização porque ele é o lugar onde as diferenças acontecem e passam a ser seletivamente valorizadas: "a

globalização avança através não só da incorporação extensiva de novos espaços, como, sobretudo, pela valorização seletiva das diferenças" (Becker, 1995, p. 170).

Esta diferenciação entre os lugares não se baseia mais sobre a base técnica de seu estoque de capital, mas em função das aptidões produtivas de sua força de trabalho, e de sua aptidão em conceber novos e mais avançados processos técnicos. As vantagens comparativas das regiões para atrair investimentos dependerão, relativamente, cada vez menos da disponibilidade de recursos naturais ou de mão-de-obra não-qualificada em abundância e cada vez mais da existência, na região, de serviços terciários, centros de pesquisa, recursos humanos especializados, etc.

A valorização, ou não, de um dado local é hoje fortemente determinada pela capacidade dos lugares em absorverem novas tecnologias, bem como pela sua maior ou menor disponibilidade de infra-estrutura e de mão-de-obra qualificada. O que parece ser claro para este novo milênio é que o desenvolvimento socioespacial dos lugares deve levar em consideração, cada vez mais, as especificidades do local e estas devem ser valorizadas e estimuladas por políticas de desenvolvimento local que assegurem as sustentabilidades das demandas locais do processo de desenvolvimento de cada território.

Nesse sentido, o desenvolvimento socioambiental local pode ser definido como aquele reativador da importância das diferenças e dinamizador da sociedade local que, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos disponíveis (principalmente o capital humano formado no próprio local) em uma zona determinada, é capaz de estimular seu crescimento econômico, criar empregos e melhorar a qualidade de vida de uma comunidade local.

À medida que os processos de descentralização, atualmente em curso, são capazes de intensificar a transferência de competências, as Prefeituras serão determinantes para assumirem novas e vitais funções para o desenvolvimento local. Dentre essas funções, destaca-se a formulação e execução de políticas de fomento educativo para a geração de elites locais e regionais capazes de darem conta das potencialidades singulares dos lugares, de forma mais eficiente aos atuais desafios de ajuste da gestão territorial no país.

Recebido em agosto de 2007, aceito para publicação em dezembro de 2007.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **Meio ambiente e justiça: estratégias argumentativas e ação coletiva** (1997). PDF, www.ambiente.sp.gov.br/ea/adm/admarqs/henriacselrad.pdf 01/08/ 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **Por que os países dominam e perdem o domínio do mundo?** Programa de TV "Milênio", exibido no canal a cabo "GloboNews" em 03 de agosto de 2007.

BECKER, Bertha K. "A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná E. et alli (Orgs.). **Conceitos e temas da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. "Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico". In: CASTRO, Iná E. et alli (Orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. "Tendências de transformação do território no Brasil". In: **Território/LAGET**, UFRJ, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 5-17, 1997.

BRUNHES, J. **La géographie humaine**. Paris: Félix Alcan, 1910.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

CORRÊA, Roberto L. "Espaço: um conceito-chave na Geografia". In: CASTRO, Iná. E. et all. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 15-47.

DIEGUES, Antônio C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FONT, Joan N. & RUFÍ, Joan V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume. 2006.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

LEFÈBVRE, Henri. **De l'Etat**. Paris: Union Générale, 1978.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (L9394). Disponível em

www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm. 08/08/ 2007.

SACK, Robert. *The human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SACHS, Ignacy. "O desenvolvimento enquanto apropriação dos Direitos Humanos". In: *Estudos Avançados* (12), 33, 1998. p. 149-156.

SILVA, Augusto César Pinheiro da. "Em busca do rural moderno no Estado do Rio de Janeiro: projetos, estratégias e gestão do território, exemplificados no Norte e Noroeste Fluminense". Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 2005.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. "A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma 'Teoria Aberta' do desenvolvimento sócio-espacial". In: *Revista Território*, nº 1, jul/dez, 1996. Rio de Janeiro: Garamond.

_____. "Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social". In: *Revista Território*, nº3, jul-dez, 1997. Rio de Janeiro: Garamond.

VASCONCELOS, Isabela & VASCONCELOS, Francisco. "Gestão de pessoas e identidade social: um estudo crítico". In: *Revista de Administração de Empresas da EAESP/FGV*, São Paulo, v.1. janeiro/março 2001. 2002. 75 p.

VIOLA, Eduardo J. "O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3 (1), Campo Grande/UFMT, 1987.